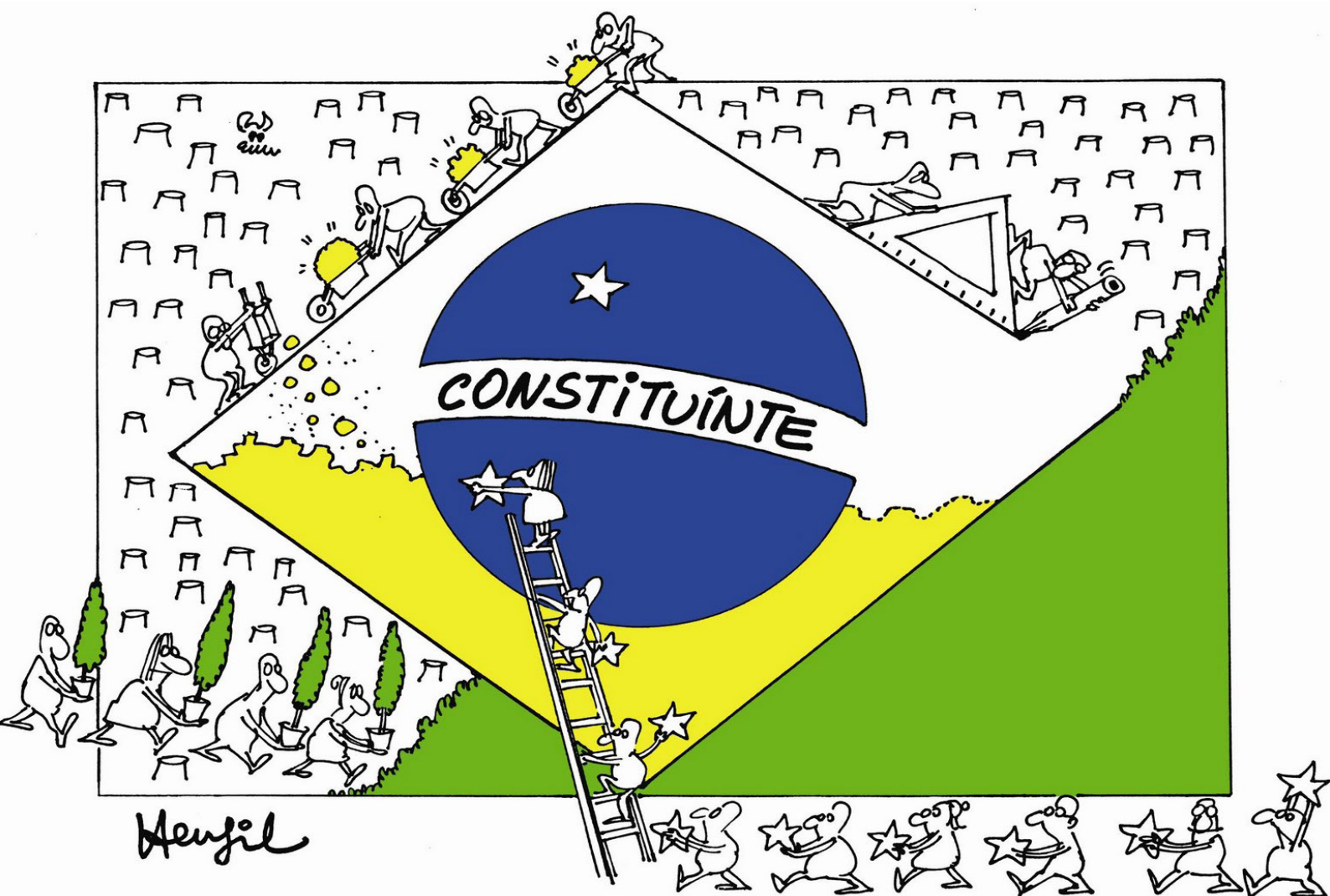


TRINCHEIRAS

Revista de cidadania ativa



ibase.

6ª edição,
julho de 2017

Sumário

- 06 Charge: Claudius Ceccon
- 07 Entrevista: Luciana Fernanda Silva
- 15 Memória: Constituição de 1988: a voz e a letra do cidadão
- 20 Perfil: Jean Pierre Leroy
- 24 Charge: Claudius Ceccon
- 25 Debates
- 54 Conjuntura Nacional: O Brasil do Golpe em um mundo de riscos e incertezas
- 58 Indicadores de Cidadania: O ajuste estrutural contra o direito ao trabalho e a renda
- 68 Caleidoscópio: Dicas de publicações, campanhas, filmes e outros produtos e atividades

Expediente

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Rua Senador Dantas, 40 | Centro | Rio de Janeiro | 20031-203
Tel: (21) 3528-3535 | comunicacao@ibase.br | www.ibase.br

Equipe de Comunicação

Cândido Grzybowski – Diretor da revista
Pedro Martins – Edição
Projeto gráfico e diagramação – Estúdio Sopa
Revisão - Anna Carla Ferreira

Apoio

Brot
für die Welt

Conselho Editorial

Ana Redig
Athayde Motta
Cândido Grzybowski
Claudius Ceccon
Cleonice Dias
Marcia Florêncio
Mario Osawa
Martha Neiva Moreira
Nahyda Franca
Regina Novaes
Rita Correa Brandão
Robson Oliveira



Jean Pierre Leroy

[1] Confira “Jean Pierre, um mestre das lutas sociais” pelo site <https://redejustica-ambiental.wordpress.com/2016/11/11/jean-pierre-um-mestre-das-lutas-sociais/>

Alteridade, solidariedade e desejo de futuro: se fosse possível sintetizar as motivações de toda uma vida, seriam essas as palavras que escolheria para definir não só a inspiração, mas também todo o legado político do filósofo, socioambientalista e educador popular Jean Pierre Leroy.

Ao tentar delinear aqui, cronológica e semanticamente, suas contribuições ao fortalecimento dos movimentos populares no Brasil – compromisso que orientou sua prática e seu pensamento, desde sua chegada ao país em 1971 –, percebo que a defesa de um mundo mais comum e diverso sempre pautou sua maneira de pensar e agir.

PERFIL

Jean Pierre Leroy

Uma vida dedicada aos territórios do futuro

Julianna Malerba

Assessora Nacional da Fase e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

A decisão de “enraizar-se junto aos oprimidos” [1], que o inspirou a deixar definitivamente a França e fazer do Brasil o seu novo país, motivada pela indignação com a estruturante desigualdade social brasileira, era movida também por um profundo desejo de conhecer e aprender com o que lhe era diverso. Talvez por isso tenha iniciado sua aventura nos trópicos pela Amazônia. Ou, inversa e dialeticamente, talvez tenha sido a Amazônia que o mobilizou a engajar-se em lutas protagonizadas por sujeitos que o Estado e a sociedade nacional insistiam em manter invisibilizados.

Aquele início de atuação no Brasil coincide com um momento político em que uma multiplicidade de grupos historicamente vulnerabilizados inicia um processo de reivindicação pelo reconhecimento de suas múltiplas e distintas territorialidades. A partir da ditadura, amplia-se o cerco ao campesinato amazônico e às populações indígenas pela expansão da fronteira de acumulação sob a coordenação do Estado. A competição pelo controle do espaço e dos recursos naturais se acirra e impõe a esses grupos a necessidade de construir estratégias de resistências e uma narrativa autônoma sobre si.



Jean Pierre Leroy e Noemia

Trabalhando inicialmente com os pescadores de Salgado (PA), e, depois, em Santarém e no Maranhão, com camponeses agroextrativistas, Jean Pierre logo engajou-se em processos que buscavam visibilizar suas identidades em face à negação de suas existências. Envolveu-se com a organização sindical dos trabalhadores rurais e teve um papel importante para a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região. Ao percorrer a Amazônia oriental, conheceu de perto os efeitos da grilagem, da devastação ambiental e da violência em regiões onde a fronteira da acumulação se expandia e tornou-se um profundo conhecedor das gentes e de seus modos de fazer e (re)criar seus territórios.

Quando se mudou para o Rio de Janeiro, já como coordenador da FASE, trazia consigo a experiência e o compromisso adquirido nos anos de trabalho com o campesinato amazônico. Atuando nacionalmente, visitou outras regiões e foi capaz de estabelecer conexões e compreender os mecanismos de espoliação que sistematicamente negavam aos grupos historicamente vulnerabilizados – negrxs, pobres, índios, populações tradicionais, faveladxs, migrantes, sem terra/teto – o papel de sujeitos políticos.

[2] *Tomamos emprestada de Bruce Albert essa categoria para nos referirmos aos sistemas de normas legais e valores simbólicos dos protagonistas, que dominam o espaço de disputa em face às quais as estratégias dos grupos subalternizados têm de ser elaboradas. Confira: ALBERT, Bruce. Territorialidad, etnopolítica y desarrollo: a propósito del movimiento indígena en la Amazonía brasileña. In: SURRALES, A.; Hierro, P. Tierra Adentro. Território Indígena y percepción del entorno. IWGIA, Documento n.º 39. Copenhague, 2004, pp. 221-258.*

Em meio a repertórios de legitimação [2] dados pela abertura democrática e pela emergência de uma preocupação global com o meio ambiente, Jean compreendeu os marcos e possibilidades de ação postos pela conjuntura e, sempre apostando na atuação coletiva, passou a incidir criticamente sobre a questão ambiental. “O meio ambiente é cultural e histórico”, dizia. “Ele representa a base material que garante não só a existência do modo de vida urbano industrial, mas de modos de vida diversos”. Com ele aprendi a compreender os diferentes significados que os recursos ambientais têm e a entender o sentido das lutas ambientais empreendidas por sujeitos que sistematicamente se veem privados dos recursos de que dependem para viver. Aprendi também que essas lutas não dizem respeito apenas a quem as protagoniza, mas são centrais para a luta ambiental mais geral e para o fortalecimento da democracia.

Jean Pierre compreendia não apenas os sentidos múltiplos que a experiência social empresta aos recursos naturais como a potência política e emancipatória que essa multiplicidade de sentidos possui para a crítica mais ampla ao desenvolvimento e sua premissa etnocêntrica de que há uma trajetória única a ser trilhada por todas as sociedades. Premissa que, no Brasil

– e em tantas partes do sul global –, significou a consolidação de um modelo de desenvolvimento que se reproduz ampliando as desigualdades sociais ao destruir as bases materiais (portanto, o meio ambiente) que garantem a manutenção de nossa sociodiversidade e a qualidade de vida nos campos, nas florestas e nas cidades.

Ainda como coordenador da FASE, acolheu a proposta que deu as bases para a constituição do movimento agroecológico e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia. Em 1992, participou da coordenação do processo de incidência da sociedade civil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Processo que depois daria origem ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Nos anos 2000, engajou-se na constituição dos movimentos por justiça ambiental no Brasil e foi cofundador da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Nesse período, aceitou o desafio de assumir a Relatoria

para o Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma Dhesca Brasil. Com coragem, denunciou vários mecanismos de produção de injustiças ambientais, cobrando do Estado maior controle sobre o poder corporativo, promoção de equidade ambiental e garantia de acesso a políticas públicas a sujeitos que tinham seu direito ao meio ambiente sistematicamente violado. Percorreu o país denunciando a grilagem de terras no Pará, que submetia populações agroextrativistas à violência, a apropriação privada da zona costeira nordestina pela carcinicultura e pelo turismo e a consequente expulsão de pescadores artesanais e outras populações extrativistas do acesso comum às

“O meio ambiente é cultural e histórico”, dizia. “Ele representa a base material que garante não só a existência do modo de vida urbano industrial, mas de modos de vida diversos”.

praias e manguezais. Solidarizou-se com a luta dos Cinta Larga pela demarcação e proteção de suas terras em face ao garimpo ilegal. Esteve junto aos/às trabalhadores/as da região metropolitana do Rio de Janeiro denunciando com eles a injustiça

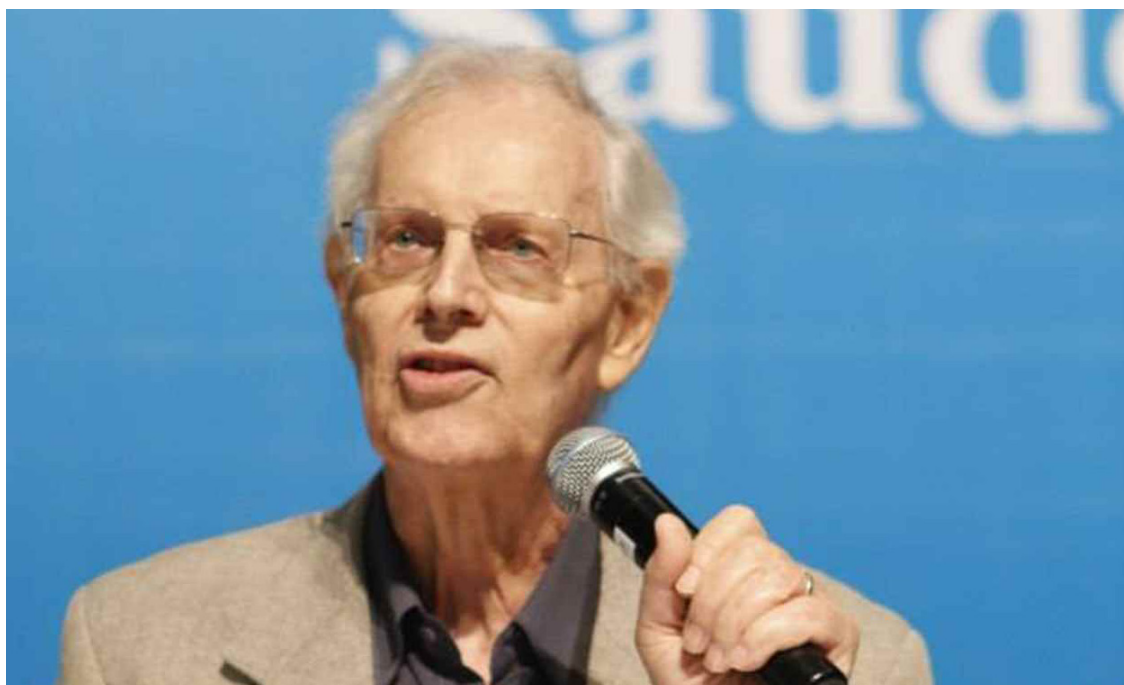
ambiental a qual são submetidos pela ausência de saneamento e de acesso à água potável e pela instalação de indústrias poluentes e de depósitos de rejeitos em suas áreas de moradia e trabalho.

Na última década, aproximou-se do debate sobre os bens comuns e passou a ressignificar as lutas em defesa da sociodiversidade, da sustentabilidade ambiental e da garantia de direitos a que dedicara toda sua vida. Com a coerência que lhe era tão própria, renovou seu pensamento para torná-lo ainda mais potente. Em meio a um processo de crescente mercantilização da vida e das relações sociais, chamava-lhe cada vez mais atenção processos instituintes de modelos e paradigmas alternativos

ao capitalismo, pautados pela produção e defesa de bens tornados comuns, mantidos desmercantilizados pelas práticas sociais/econômicas e por escolhas políticas. Com entusiasmo, acompanhava as mobilizações contra a privatização de serviços públicos e recursos naturais, as propostas de ocupação e ressignificação de espaços públicos, os movimentos pelo acesso livre ao conhecimento e pela sua construção compartilhada (a exemplo dos movimentos de softwares livres, de mídia livre etc) e as lutas identitárias pelo

reconhecimento de territorialidades específicas, referidas ao uso comum da terra e de recursos naturais, que sempre lhe foram caras. Valorizava-as pela capacidade que possuem de instituir/valorizar sistemas sociais e jurídicos para administração compartilhada de recursos de uma maneira justa e sustentável. Passou a refletir sobre as dimensões não mercantis dessas experiências, identificando suas conexões e, sobretudo, o caráter emancipatório em face às novas formas de cercamento e privatização relacionadas à expansão contemporânea do capitalismo. Essa abordagem deu um sentido ainda maior ao papel que sempre acreditou que os excluídos do desenvolvimento – aqueles com quem havia trilhado sua própria caminhada – tinham na construção dos “territórios do futuro”.

E foi mirando o futuro que Jean nos deixou em novembro de 2016. Ao terminar essa narrativa, tenho a sensação de que não cheguei senão à superfície de sua trajetória. Tudo o que fui capaz de dizer sobre ele não é nada além do que pude aprender com ele. De todas as lições, talvez a mais cara tenha sido a convicção que orienta minha própria trajetória de que o futuro depende da aposta que faremos hoje em manter e tornar o mundo cada vez mais comum e diverso. 🍷



Jean Pierre compreendia não apenas os sentidos múltiplos que a experiência social empresta aos recursos naturais como a potência política e emancipatória que essa multiplicidade de sentidos possui para a crítica mais ampla ao desenvolvimento e sua premissa etnocêntrica de que há uma trajetória única a ser trilhada por todas as sociedades.

iBase.